

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO III
Alterações legislativas

Artigo 195.º-A
Alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho

O artigo 10.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, que aprova o Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 10.º
(...)”

1 – (...):

- a) Revogada;
- b) Revogada;
- c) Revogada;
- d) Revogada;
- e) (...);
- f) Revogada;
- g) (...);
- h) (...).

2 – (revogada).

3 – (...).”

Nota Justificativa:

O artigo 10.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais) consagra isenção de imposto do selo, imposto municipal sobre as transmissões de imóveis, imposto municipal sobre imóveis e demais impostos sobre o património, imposto automóvel (IUC), IVA, taxas de justiça e custas judiciais. Entende o CHEGA que não é admissível que os partidos políticos mantenham as isenções e benefícios fiscais que hoje usufruem – o que se exige dos Partidos é responsabilidade e exemplo: se é verdade que estes já são financiados pelo Estado pelo menos que estejam, dentro do possível, sujeitos às mesmas obrigações tributárias que as restantes pessoas coletivas ou singulares. Não existe, por conseguinte, justificação para a manutenção de determinados benefícios que os partidos políticos usufruem, propondo-se por isso a sua revogação.

São Bento, 9 de Novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa